

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA**

PAOLA CECÍLIA NOVOA E SILVA

**A CATEGORIA TRABALHO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE:
RESISTÊNCIA/DESISTÊNCIA**

**GOIÂNIA
2021/1**

PAOLA CECÍLIA NOVOA E SILVA

**A CATEGORIA TRABALHO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE:
RESISTÊNCIA/ DESISTÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de pedagoga, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro.

GOIÂNIA
2021/1

PAOLA CECÍLIA NOVOA E SILVA

**A categoria trabalho docente na contemporaneidade:
resistência/desistência**

Apresentação de TCC na Modalidade de Monografia, ao Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Doutora Maria Esperança Fernandes Carneiro

Conteúdo: (até 7,0) _____

Apresentação Oral: (até 3,0) _____

Professor(a) Convidado(a): Doutorando Juvenilto Soares Nascimento

Conteúdo: (até 7,0) _____

Apresentação Oral: (até 3,0) _____

Média: _____

Dedicatória

A Deus por me dar a oportunidade de iniciar, permanecer e concluir o curso de Pedagogia com persistência, fé, esperança e amor.

Aos meus pais, Olinda e José, que apesar da distância sempre me deram seu apoio incondicional manifesto nas constantes orações. O amor deles me deu a força necessária para caminhar com fé, amor e muita responsabilidade nesta longa jornada.

À minha irmã, aos meus irmãos, aos demais familiares e aos amigos, que sempre acreditaram em mim e na minha trajetória acadêmica.

Aos Professores e Professoras do curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades que me acompanharam durante este percurso, deixando um legado rico em conhecimento, assim como o desejo de continuar lutando por esta bela e humana profissão.

À Professora Maria Esperança, pelo carinho, companheirismo, paciência e todo o amor empenhado durante todos os encontros de orientação monográfica. Sou muito grata pela parceria que temos construído durante este tempo acadêmico. Professora Maria Esperança, você me inspira e sempre será meu grande exemplo de profissional e ser humano.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, hoje e sempre, por me acompanhar nesta longa jornada. Pela paciência, sabedoria, e também pelo crescimento espiritual e humano concedido durante esses anos.

Aos meus Pais, por terem me educado com o mais sublime amor, ensinando-me o caminho do bem para me tornar cada vez mais humana. Com eles aprendi o sentido das palavras: respeito, responsabilidade, empatia, solidariedade, luta, persistência e amor ao próximo.

A todas as minhas colegas, que conheci e aprendi a amar nesses anos. Vocês ficarão sempre nas minhas melhores lembranças.

Agradeço também a todos os companheiros e companheiras do Movimento Estudantil, que me encorajaram para continuar na luta e resistência em defesa de uma Educação pública, gratuita e de qualidade, para todos e todas.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Esperança, por ter me orientado neste período com profissionalismo e empatia. Sempre trazendo palavras de conforto e persistência para que eu pudesse continuar meus estudos, inclusive neste difícil tempo de Pandemia por Covid-19. Professora, a senhora é um ser humano incrível, agradeço a Deus por tê-la posto em minha vida.

Finalmente, agradeço ao Professor Convidado, Doutorando Juvenildo Soares Nascimento, que faz parte desta banca avaliadora, pelo tempo dedicado na leitura deste trabalho monográfico.

Gratidão!

“Vamos a invertir primero en educación, segundo en educación, tercero en educación. Un pueblo educado tiene las mejores opciones en la vida y es muy difícil que los engañen los corruptos y mentirosos”.

José (Pepe) Mujica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
MÉTODO	11
METODOLOGIA.....	13
CAPÍTULO I	14
A CONCEPÇÃO ONTOLÓGICA DE TRABALHO EM MARX FRENTE À LÓGICA CAPITALISTA DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS VOLTADAS À EDUCAÇÃO E À CATEGORIA DOCENTE: O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO.....	14
1.1 - O CONTEXTO HISTÓRICO DOS GOVERNOS E SUAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA CONDUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	19
CAPÍTULO 2	28
O IMPACTO DA PANDEMIA PELA COVID-19 NA EDUCAÇÃO E NA CATEGORIA DOCENTE	28
2.1- PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO: INFRAESTRUTURAS E MEIOS DIGITAIS	31
2.2 INTENSIFICAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	33
2.3 O MAL-ESTAR: ADOECIMENTO DOCENTE	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	43

A CATEGORIA TRABALHO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: RESISTÊNCIA/ DESISTÊNCIA

RESUMO:

Esta pesquisa tem como tema a categoria trabalho docente na contemporaneidade. O problema questionado neste estudo monográfico parte da inquietude da acadêmica em querer conhecer as principais contradições enfrentadas pelos professores no trabalho docente na contemporaneidade, que levam os professores a vivenciarem conflitos de resistência/desistência. Utilizou-se como método de pesquisa o materialismo histórico-dialético em Marx e Engels (1988). Nessa perspectiva, pode-se fazer uma análise concreta da relação sujeito, objeto do conhecimento e sociedade, uma vez que é no conflito e nas contradições que se procura encontrar o cerne de toda explicação, construção e transformação da realidade. O método dialético contribui na interpretação do mundo, sua materialidade e concreticidade. A fundamentação teórica percorre a pesquisa bibliográfica, com o intuito de fazer uma análise mais aprofundada do tema e do problema posto em questionamento. Para isso, os autores que contribuíram na construção do conhecimento e diretamente do trabalho monográfico foram: Enguita (1991), Kuenzer (2009), Marx e Engels (1988), Netto (2011), Saviani (2011), Wenzel (1994), Silva e Zanatta (2018), dentre outros não menos importantes. O objetivo geral é compreender, analisar e interpretar as contradições enfrentadas pela categoria docente: resistência/desistência sob a égide da lógica capitalista neoliberal. Os objetivos específicos contemplam, por sua vez, contextualizar o trabalho como categoria ontológica–humanizante e o trabalho sob a lógica capitalista desumanizante; e desvelar as principais contradições vivenciadas pela categoria docente, resistência/desistência, provocadas pela lógica capitalista neoliberal. Este estudo está estruturado em dois capítulos. No primeiro, aborda-se a concepção ontológica de trabalho segundo Marx, em contrapartida à lógica do trabalho capitalista e suas políticas neoliberais que afetam a Educação e, diretamente, a categoria docente como parte deste sistema. No segundo capítulo, apresenta-se uma breve análise do contexto histórico dos governos brasileiros e suas políticas neoliberais na condução da Educação. No segundo Capítulo, analisa-se e interpreta-se, ainda, as principais contradições da categoria trabalho docente. Entre as mencionadas estão: a) precarização das condições de trabalho: infraestrutura e meios digitais; b) intensificação da jornada de trabalho; c) mal-estar e adoecimento docente. São situações que provocam sentimentos de resistência/desistência, acentuadamente no atual contexto de pandemia por Covid-19.

Palavras-chave: trabalho, resistência, desistência, capitalismo, categoria docente.

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi desenvolvido durante a disciplina de Monografia II e apresentado como requisito para a graduação em Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Este estudo – que tem por tema a categoria trabalho docente no contexto brasileiro de Pandemia por Covid-19; e por título “Categoria trabalho docente na contemporaneidade: resistência/desistência” – nasceu da visão de um sistema que oprime e submete os(as) trabalhadores(as) a um tipo de trabalho em condições de exploração, tirando-lhes direitos que foram conquistados com luta e resistência. É, portanto, nessa realidade que se encontra o profissional docente. Buscou-se responder à seguinte problemática: quais são as principais contradições enfrentadas pelos professores no trabalho docente na contemporaneidade que os levam a vivenciar conflitos de resistência/desistência?

Neste trabalho monográfico, propôs-se uma diferente problematização sobre as condições de trabalho dos professores. Todavia, com a pandemia pela Covid-19, surgiu um novo contexto de trabalho, que deixou de ser presencial e passou a ser remoto¹. Assim, fez-se necessário direcionar o desenvolvimento deste estudo para uma nova proposta de pesquisa, focada no tempo presente de trabalho da categoria docente, dados os novos desafios que se apresentaram na atualidade. O objetivo geral desta pesquisa se pautou em compreender, analisar e interpretar as contradições enfrentadas pela categoria docente que a levam a sentimentos de resistência/desistência. Elegu-se também outros dois objetivos específicos. O primeiro deles, permitiu contextualizar a categoria Trabalho sob duas visões: 1) o trabalho como categoria ontológica e o trabalho sob a lógica capitalista; 2) Conhecer as principais contradições vivenciadas pela categoria docente (resistência/desistência), provocadas pela lógica capitalista neoliberal.

¹ Entende-se por aulas remotas atividades de ensino-aprendizagem mediadas pelas tecnologias, mas orientadas pelo Regimento das aulas presenciais. Ou seja, a ideia é que a relação professore-alunos ocorra em momentos síncronos (aulas e rotinas da modalidade de ensino presencial, porém adaptadas à forma virtual).

O método de pesquisa deste estudo fundamenta-se na perspectiva Materialista Histórico-Dialética, porquanto essa visão possibilita observar a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, em face das contradições provocadas pelo sistema capitalista na sociedade. O método dialético também contribuiu para uma análise concreta da realidade, passando da mera aparência das coisas, para construir o concreto pensado. Sendo assim, pode-se também pensar e elaborar reflexões que conduzam à transformação da realidade aparente. Isso porque é por meio do materialismo histórico-dialético que se desvela a realidade do capitalismo, cujas principais características são: alienação, expropriação e exploração da classe trabalhadora com o intuito de acúmulo de capital.

A recente pandemia – causada pelo novo coronavírus (Covid-19) e vivenciada no sistema capitalista – vem agravando a situação dos(as) trabalhadores(as). A aceleração da produção de mercadorias tem precarizado as condições de trabalho e aumentado o processo de exploração, cada vez maior, sobre os professores. A Pandemia levou ao isolamento social de uma parcela significativa da sociedade e, com isso, um novo tipo de trabalho passou a ser implantado de forma *on-line* e domiciliar, o que ausentou as pessoas do convívio coletivo.

O então denominado *home office* interfere na vida privada e coletiva dos sujeitos. Sendo assim, se por um lado os relacionamentos entre empregado e empregador passam a ser cada vez mais de imposição e dominação, por outro, é acentuada a submissão, dados o desemprego e a precarização do trabalho em níveis nunca vistos antes.

As nações capitalistas, por meio de seus governos, vêm tendo grande responsabilidade sobre o sofrimento, a precarização, a retirada de direitos, a sobrecarga laboral e a desvalorização da classe trabalhadora. Nesse contexto, a categoria docente também sofre com essas contradições, pois a subsunção ao trabalho sob a égide capitalista os obriga a venderem sua força de trabalho em troca de salários muitas vezes miseráveis.

A metodologia abordada nesta pesquisa foi a leitura bibliográfica de diferentes autores, o que contribuiu para a elaboração desta monografia. Também se fez leitura de artigos, revistas e periódicos, que respaldaram o desenvolvimento deste estudo.

Sabendo-se, pois, que este trabalho está subdividido em dois capítulos, o primeiro destaca a profissão do professor(a) segundo o amparo da legislação, e como ela tem sido burlada pelos gestores no trabalho remoto, agravando as condições de proletarização. A dita condição de maior exploração provoca alienação, fazendo com que os professores tanto da rede pública, quanto da rede privada de ensino, cheguem a trabalhar mais de oito horas diárias, o que vem provocando sentimentos de resistência/desistência. As análises da categoria trabalho demandaram que se percorresse o processo histórico da educação brasileira, contextualizando-a no espaço político contemporâneo e seu pensamento ideológico neoliberal e conservador.

Já no segundo capítulo, fez-se uma análise e interpretação da situação da categoria docente no contexto da Pandemia, elucidando uma abordagem das porcentagens de emprego, subemprego e desemprego segundo a Pnad-Contínua do trimestre de 2020. A ênfase neste capítulo recai sobre o novo sistema de ensino-aprendizagem imposto pelas instituições públicas e privadas de ensino diante do contexto da pandemia pela COVID-19. Fala-se do sistema remoto, que tem trazido por um lado benefícios para os cuidados e prevenção do contágio do Coronavírus nas instituições de ensino, mas que, por outro lado, além da dificuldade de adaptação dos professores(as) às novas tecnologias e plataformas de ensino, favorece a precarização, o acúmulo de tarefas, o mal-estar e o adoecimento docente. Esses são alguns dos principais motivos que levam os professores(as) a terem sentimentos de resistência/desistência.

MÉTODO

O Materialismo Histórico-dialético foi o método escolhido para vivenciar a experiência da pesquisa no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Categoria trabalho docente na contemporaneidade: resistência/desistência*. Nessa perspectiva dialética, fez-se uma análise concreta da relação sujeito, objeto do conhecimento e sociedade, uma vez que é no conflito e nas contradições que se procura encontrar o cerne de toda a explicação, construção e transformação da realidade. O método dialético contribui na interpretação do mundo e da sua

materialidade/concreticidade. Ou seja, num primeiro momento é necessário refletir sobre a realidade partindo do empírico (como o objeto se apresenta à primeira vista, a realidade dada de maneira aparente), em seguida elaborar pensamentos concretos (o real de maneira pensada), e finalmente fazer abstrações (reflexões) que contribuam para a transformação da realidade. Para explicitar esse fenômeno, Netto (2011) afirma que:

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível de realidade e, por tanto, algo importante e não descartável – é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. (NETTO, 2011, p. 22).

O caráter material do método radica nas formas de organização da sociedade, sua produção e reprodução, especificamente no sistema capitalista, cujas bases centram-se na acelerada produção de mercadoria. Essa perspectiva de produção é fundamentada nas relações sociais do trabalho. É bem verdade que o trabalho sob a lógica ontológica humaniza e garante a sobrevivência do homem. No entanto, sob uma perspectiva capitalista, apenas provoca alienação, expropriação e exploração do trabalhador, desumanizando-o.

O Materialismo Histórico-dialético desvela a realidade do capitalismo, que gera um movimento contraditório de humanização/alienação/desumanização. Uma vez que é sob esses parâmetros que se encontra o trabalho docente, faz-se necessário compreender que essa categoria (trabalho docente) é parte da totalidade constituída pelo trabalho no capitalismo, estando submetida à sua lógica e às suas contradições. Kuenzer e Caldas (2009) explicam que

[...] é por meio do trabalho que o professor, como os demais trabalhadores, ao mesmo tempo em que é submetido pelo capital ao processo de produção de valor – para a própria valorização desse mesmo capital, e não em benefício dos trabalhadores – contribui para a transformação dessa mesma realidade, tendo como horizonte a construção de relações sociais mais justas e igualitárias. (KUENZER; CALDAS, 2009, p. 23).

O Materialismo Histórico-Dialético, como método utilizado, revela a natureza da Educação sob o sistema capitalista e sua lógica de acumulação de riqueza. No caso dos professores, a contribuição para o processo de acumulação se dá com uma característica muito peculiar do trabalho: a sua natureza não material, já que não é possível separar o produtor de seu produto. Saviani (2011) aponta que

[...] a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não material, cujo produto não se separa do ato de produção, permite-nos situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens (SAVIANI, 2011, p. 20).

Sendo assim, a natureza não material do trabalho nas relações entre professor e estudante encontra-se intrinsecamente ligada ao conhecimento e à troca de saberes, que fazem com que o produto não se desvincule do seu produtor.

METODOLOGIA

Realizou-se um estudo teórico, por meio de uma revisão bibliográfica, cujo objetivo foi demarcar o conteúdo temático a ser abordado no presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Os principais autores que contribuíram na construção do conhecimento sistematizado foram: Enguita (1991), Kuenzer (2009), Marx e Engels (1988), Netto (2011), Saviani (2011), Wenzel (1994), Silva e Zanatta (2018), dentre outros.

Os conhecimentos teórico-científicos advindos desses autores contribuem para compreender, analisar e interpretar as principais contradições enfrentadas pelos professores no trabalho docente na contemporaneidade. Desse modo, dão conta do processo que esses profissionais vivenciam, presenciando no seu cotidiano conflitos de resistência/desistência.

A metodologia adotada propicia maior compreensão para a escolha teórica abordada, delineando o caminho para conhecer e interpretar os sujeitos, o objeto de conhecimento e a realidade na qual estão inseridos. Sob tal perspectiva dialética, buscam-se, portanto, a criticidade e a reflexão.

CAPÍTULO I

A CONCEPÇÃO ONTOLÓGICA DE TRABALHO EM MARX FRENTE À LÓGICA CAPITALISTA DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS VOLTADAS À EDUCAÇÃO E À CATEGORIA DOCENTE: O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Os problemas enfrentados pelos professores no cotidiano do seu trabalho cooperam para desencadear o processo de resistência/desistência da profissão. A proposição de abordar esses conflitos na contemporaneidade brasileira se pauta na complexidade do processo histórico de contradições políticas, sociais e econômicas, na luta pela sobrevivência, tanto pessoal quanto profissional.

A especificidade do capitalismo em países em desenvolvimento, de história escravista como o Brasil, guarda profunda relação com a desvalorização e/ou desqualificação da categoria de trabalho docente. Relaciona-se com isso o fato de que a classe dominante tem imposto a formação educacional/profissional para os trabalhadores ao patamar máximo de ensino médio e/ou de preparação para o mercado de trabalho.

A Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Inicial em nível superior². Essa mesma norma estabelece que o professor seja formado em ensino superior para se tornar profissional docente atuante na área, bem como também ampara, assegura e reafirma o exercício profissional em situação de valorização do docente. Da mesma forma contempla condições de trabalho que assegurem o desenvolvimento do exercício, da prática profissional, de maneira que garanta o ensino-aprendizagem.

Porém, a realidade vivenciada pelos profissionais da educação não condiz com o proposto na legislação brasileira, observando-se especialmente: a) baixos salários pagos; b) precárias condições de trabalho. Trata-se de completo descaso. Isso vem favorecendo para que a profissão entre em um processo de proletarização³.

² Nesta perspectiva se engloba os cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados, os cursos de segunda licenciatura e a formação continuada.

³ O termo aqui referido se fundamenta nos estudos de Wenzel (1994). Para maior compreensão, conferir a citação utilizada na página 17 deste trabalho.

Ou seja, uma categoria de trabalho docente que se insere em determinados tipos de relações de trabalho contrárias às verdadeiras relações de trabalho construídas desde uma percepção ontológica de constituição e formação humana do profissional.

Para compreender a categoria docente sob a lógica capitalista, Enguita nos destaca que essa categoria:

[...] move-se mais ou menos em um lugar intermediário e contraditório entre dois polos da organização do trabalho e da posição do trabalhador, isto é, no lugar das semi profissões. Os docentes estão submetidos a autoridade de organizações burocráticas, sejam públicas ou privadas, recebem salários que podem caracterizar-se como baixos e perderam praticamente toda a capacidade de determinar os fins do seu trabalho. Não obstante, seguem desempenhando algumas tarefas de alta qualificação - em comparação com o conjunto de trabalhadores assalariados - e conservam grande parte do controle sobre seu processo de trabalho. (ENGUIITA, 1991, p. 50).

A proletarização tem desumanizado e explorado de tal ordem os docentes que estes também, de maneira alienada, acabam por reproduzir a Educação enquanto formação para o mercado. A proletarização causada pelas relações de trabalho impostas pelo capitalismo tem levado os profissionais docentes a conflitos de resistência/desistência, fazendo com que muitos desses trabalhadores sintam a perda do sentido do trabalho, acarretando na falta de comprometimento em seu fazer pedagógico. Em contrapartida, ao mesmo tempo, os professores também se organizam como uma categoria de resistência frente à imposição capitalista do modo de produção e das relações sociais ditadas por ele.

Nesse sentido, quando se fala em resistência, refere-se ao seu sentido crítico-emancipatório. Ou seja, ao sentido de transformação e de luta contra a hegemonia capitalista. Wenzel (1994) aponta que:

A proletarização é a destruição do trabalhador ou produtor individual e constituição ou criação do trabalho coletivo, sob relações capitalistas de produção. O que determina essa modificação são as condições objetivas e materiais das forças produtivas, que historicamente possibilitam a constituição de uma nova organização do trabalho, que traz consigo consequências históricas, determinadas para o homem e para a sociedade. Podemos dizer que a proletarização corresponde a um determinado estágio de desenvolvimento da produção material sob relações capitalistas. (WENZEL, 1994, p. 20).

O sistema Capitalista incide nas formas de como os profissionais teriam que ver a realidade social, pois tratam de fragmentá-la com o intuito de manter o poder e a hegemonia do pensamento dominante. É nesse panorama que surgem espaços de conflitos e contradições entre classes sociais. Nesses termos, é possível identificar

que na realidade concreta da Educação ocorrem processos que podem levar à resistência/desistência na categoria do trabalhador docente.

Como se pode ver, a formação de professores como categoria de trabalho docente não se desvincula da compreensão do trabalho na categoria ontológica. Todavia, ao se abordar um contexto capitalista na contemporaneidade, fica evidente a desvinculação do real conceito de trabalho transformador e libertador, sendo também essa a principal marca desse contexto para a categoria docente.

A formação profissional do professor é construída socialmente. Isso equivale a dizer que outros fatores viabilizam ou dificultam sua atividade, como por exemplo: a) as condições de trabalho; b) os planos de carreira; c) a remuneração; d) a jornada de trabalho; e) a segurança; f) a carga horária; g) as políticas educacionais, dentre outras.

A atividade do professor na contemporaneidade vem se intensificando dentro de um projeto de sociedade capitalista que provoca uma dissociação entre o trabalho do professor e a natureza de seu próprio trabalho. É necessário enfatizar que a natureza do trabalho educativo se caracteriza por ser não material, ou seja, aquele que se situa dentro da categoria trabalho intelectual, da subjetividade, espiritualidade. Trata-se de uma forma de trabalho criativo, vivo, e não alienado, em que o sujeito não se desvincula do objeto.

Ao se falar em trabalho⁴, pode-se afirmar que ele é muito mais do que uma fonte de riqueza e produção. Trata-se da fonte de vida do homem, do que o torna humano. O trabalho é um fator fundante, constitutivo e decisivo que atua como mediador do homem e sua própria natureza. É por meio do trabalho que o homem transforma sua realidade, produz e a reproduz de forma consciente. Nesse movimento, ele também é transformado ao mesmo tempo.

Quanto se fala de produção no campo da Educação, entende-se que o trabalhador docente produz conhecimentos, ideias, e formas conscientes do seu fazer pedagógico. Ser trabalhador, sob uma concepção ontológica do trabalho, equivale a dizer que todo homem tem um posicionamento político e uma visão de mundo que o

⁴ De forma generalizada e não somente enquanto categoria docente.

torna humano, e que é sua própria realidade social que o torna consciente. Desse modo, Marx (1965) assevera que o “trabalho” é a categoria comum a todas as formas de vida humana, servindo também para distinguir, historicamente, como as sociedades se organizam, pois “[...] o que distingue as diferentes formas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz” (MARX, 1965, p. 204).

A contemporaneidade acentua um modelo de educação que atende as demandas do mercado de trabalho. Essas novas formas preparam o profissional não para o mundo do trabalho, e sim, para o mercado de trabalho⁵, fazendo com que se perca a formação reflexiva, crítica e consciente. Historicamente a formação do trabalhador docente está inserida numa lógica de produção, que o submete a determinadas atividades pedagógicas que atendem os interesses do mercado. É aqui o cerne de compreender o professor como trabalhador docente assalariado e que faz parte da estrutura do trabalho no capitalismo.

O trabalho docente se centra na concepção do trabalho na contemporaneidade como uma forma de relação de produção hierarquizada, e que sofre constantes transformações com as novas formas de produção capitalista. Os professores vivenciam na sua prática profissional contradições provocadas pela lógica capitalista que acarretam na dominação e na exploração.

Por sua vez, a escola desempenha um papel fundamental como espaço de conflitos e de interesses. Apesar de não estar totalmente dominada pela hegemonia do capital, seus profissionais são muitas vezes cooptados para reproduzir o sistema. Porém, há também professores que resistem e procuram alternativas para responder ao sistema com práticas voltadas à transformação e/ou emancipação.

A Educação é um fenômeno que se encontra intrinsecamente relacionada ao trabalho como atividade consciente e inerente aos humanos. Ela tem passado por um

⁵ Esses termos estão fundamentados nos estudos feitos em Antunes (2015). Em síntese, o mercado de trabalho é o espaço proposto pelo capitalismo, em que os sujeitos que fazem parte de um processo histórico, social, econômico e cultural, vendem sua força de trabalho sobre as condições impostas pelos capitalistas. Por vezes, submetendo-se a precarizações e condições desumanizantes. Já o mundo do trabalho prepara o sujeito para ser participe de todo o processo e construção do trabalho, fazendo uso de seus conhecimentos e saberes. O homem no mundo do trabalho se dignifica e se humaniza, transforma sua natureza e também é transformado.

processo histórico, sendo as diferentes características e particularidades de cada período histórico que a tornam particular desse momento. Contudo, essa diferença que marca a educação em cada período histórico está fundamentalmente radicada na intencionalidade daquele momento, daquela sociedade.

Com base nos estudos em Saviani (1994), a Educação é o ato pela qual cada indivíduo produz conhecimento de maneira intencional, socializando as produções históricas da humanidade. Toda produção da humanidade é uma forma de trabalho, sendo assim, a educação além de ser um fenômeno próprio dos seres humanos, também se vincula diretamente ao processo do trabalho.

Com a consolidação do capitalismo no século XX, nasceu um novo projeto civilizatório da modernidade, com a promessa de uma Educação universal, direito do cidadão e dever do Estado. Contudo, esse modelo de relação entre Educação e capitalismo precisou adotar como base um novo conceito de qualificação profissional, em que a formação para o trabalho é necessária para compreender a tecnologia e a produção, no propósito de preparar recursos humanos adequados à realidade do mercado do trabalho.

A ideologia da Educação da classe dominante é imposta a todas as classes sociais, e prepara os professores para o trabalho docente de imersão na lógica neoliberal e conservadora. Fundamentado em Chauí (2006), o trabalhador docente também é preparado na concepção de docência para o mercado de trabalho. Esses profissionais, assim como são acolhidos num determinado momento, também são excluídos, pois o sistema capitalista os torna sujeitos obsoletos e descartáveis, perdendo-se a essência de ser docente. Nesse sentido, de um lado o aluno se converte em um sujeito preparado para o mercado de trabalho e não para o mundo do trabalho. Portanto, um consumidor do ensino, um ser operacional. Por outro lado, enquanto profissional, o professor se converte em um “treinador”, sujeito apto para capacitar o estudante a aprender e a executar tarefas segundo as exigências do mercado. Dito isso, é nítido que o sistema capitalista cria um projeto de sociedade e de Educação com sujeitos não críticos/alienados, dependentes e sem visão humanista.

A Educação no contexto brasileiro é produto de um processo histórico construído em espaços sociais, econômicos, políticos e culturais. Assim, faz-se necessário contextualizar o ambiente político para melhor observar como o pensamento humano altamente intencional provoca mudanças na Educação. Tais mudanças afetam diretamente a escola e os professores.

1.1 - O CONTEXTO HISTÓRICO DOS GOVERNOS E SUAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA CONDUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Sabendo-se, então, que a Educação no cenário brasileiro é um produto do processo histórico social, político, econômico e cultural, neste item aborda-se o contexto político, para se desvelar a forma como o pensamento humano (intencional) acarreta mudanças significativas na construção de políticas públicas para a Educação. Essas mudanças, por conseguinte, afetam diretamente a escola, como instituição; e os professores, como categoria docente.

Nos anos de 1990, em âmbito mundial, foram apresentadas as novas formas de enxergar a Educação. As bases curriculares do ensino foram construídas a partir de uma lógica de padronização e de reforma da Educação imposta pelo neoliberalismo.

No Brasil, essas mudanças não foram diferentes, tampouco evitadas. No País, ocorreu a aliança política entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), centro direita; e o então Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente denominado Partido Democratas (DEM), direita. Sob essa aliança partidária, introduziram-se novas reformas curriculares para a Educação. Os novos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação (PCNE) propunham um novo sistema de avaliação que fortaleceria a Educação Básica (Saeb). Assim, novos paradigmas eram sustentados pela lógica empresarial e, conseqüentemente, também uma nova perspectiva mercadológica de Educação.

Nesse sentido, os novos testes avaliativos na área da Educação visavam radicalizar a lógica capitalista de mercado, por meio de termos como “competitividade”, que vinham embutidos nesse pensamento. Esse direcionamento desrespeita, entre outras coisas, a diversidade e a pluralidade da população, cujos

índices de pobreza são elevados. A precariedade do ensino-aprendizagem tem se acentuado, conservando ainda altas taxas de analfabetismo no Brasil.

O capitalismo e sua política econômica não apresentam comprometimento com a democracia. A Educação não é prioridade nesse momento histórico, e sim a instauração de um modelo de livre mercado, em que o controle do governo sobre as instituições do estado deve ser mínimo. Dessa maneira, perdem-se ou minimizam-se os direitos dos cidadãos. As políticas públicas do Estado se enfraquecem, ao passo em que a lógica de mercado se faz forte.

Depois de dois longos mandatos, a coalizão entre o PSDB e o PFL não conseguiu a reeleição, sendo substituída por um novo partido, aquele que representava a classe trabalhadora: o Partido dos Trabalhadores (PT). As propostas de trabalho deste Partido apresentavam uma visão de mudanças na Educação. Tais mudanças estavam inseridas em uma perspectiva de capitalismo desenvolvimentista. Parafraseando Bresser-Pereira (2019), o sentido de um capitalismo desenvolvimentista é uma alternativa para o neoliberalismo, o que não representa sequer um indício para um novo modelo de sociedade como a socialista⁶.

Em 2002, com a eleição do Presidente Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores introduziu uma nova forma de governo no país. Esse desenvolvimentismo é um contraponto à política neoliberal dos antigos governos. Propôs-se a avançar e a fortalecer o Estado, a fim de provocar estabilidade e estabelecer novas prioridades nas instituições públicas. Propunha, portanto, um Estado inclusivo, que beneficiaria a melhoria na distribuição da renda. As classes menos favorecidas como a trabalhadora, que foram enfraquecidas pelos governos anteriores, agora seriam prioridades.

Nesse mesmo contexto, o Brasil era um dos países com alto índice de desigualdade no mundo. Ao longo do governo de Lula, houve uma redução dos índices de pobreza. Houve também uma emergência de classes e a população conseguiu ter renda mais alta, com melhoria de vida e maior acesso aos bens de

⁶ No Brasil, nunca se teve um governo de cunho inteiramente socialista. O que neste período se evidenciou foi o surgimento de um governo que atuava na perspectiva do capitalismo desenvolvimentista, que enriquece e fortalece o próprio capitalismo. Todavia, as políticas públicas deste governo propiciavam um cenário de redução das desigualdades sociais. Ou seja, ao mesmo que o sistema capitalista se desenvolvia, os grupos menos favorecidos também.

consumo. Na Educação não foi diferente. A área da Educação ganhou protagonismo com programas como o Financiamento Estudantil (Fies), para as Universidades de cunho privado; e o Programa Universidade para Todos (ProUni), para as universidades da rede pública e privada⁷. Soma-se a isso a aprovação de leis importantes para a categoria docente, como o “Piso Nacional dos Professores” e o “Plano Nacional de Educação”.

Vale ressaltar que o Governo do PT permaneceu por 13 anos à frente do cargo. Nesse período, seus representantes foram: Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016). Durante esses anos ocorreram muitas conquistas na Educação. O plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2013, explicitava metas voltadas para valorizar os professores e melhorar as condições de trabalho desta categoria; bem como também, para elevar a qualidade de ensino superior, ampliando a atuação de mestres e doutores nas instituições de ensino. O PNE se propôs, ainda, a garantir: a) formação a todos(as) os(as) professores(as) da Educação Básica, em cursos de licenciatura; b) formação de Professores(as) de Educação Básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*; c) formação continuada em sua área de atuação; d) plano de carreira; e) valorização do piso salarial, o que determinava o reajuste anual do piso salarial dos professores e professoras.

Durante os mandatos dos Presidentes Lula e Dilma, também se teve a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), cujos recursos eram destinados para investimento na Educação Básica, inclusive com a determinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) a serem destinados para investimentos na Educação. Esta meta deveria ser gradativa para que o percentual fosse alcançado até 2023. Com esse intuito, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff planejou sobre os *royalties* do pré-sal, propondo o encaminhamento de 75% dos valores da exploração do petróleo para a Educação.

⁷ Por mais que estes programas estejam inseridos também nas instituições privadas, aqui se fala de programas criados como forma de políticas públicas, tendo por público-alvo primordial as classes menos favorecidas (classe trabalhadora). Ou seja, o intuito aqui era elevar o nível de estudo dessa classe, como também prepará-la para melhor atender as demandas do mercado de trabalho.

Após ter sido reeleita⁸ pelo voto popular, a Presidenta Dilma Rousseff (PT) no ano de 2016 sofreu um processo de *impeachment*, sendo destituída do cargo. Tal processo trouxe consigo um desequilíbrio total nas políticas públicas. As consequências foram sua descontinuidade, ao passo em que se passou a propor um novo modelo de Educação, que representaria a classe empresarial, com ideologias de mercado e lucro, enfraquecendo novamente o poder do Estado e da população mais vulnerável.

Vale ressaltar que por trás desses retrocessos estavam os grupos de direita que dominaram o país nos anos de 1990. Desse modo, buscando a retomada do poder, partidos como o PSDB e o Partido da Frente Liberal (atualmente DEM) pleitearam a retomada do liberalismo econômico nas políticas brasileiras.

A extrema direita conseguiu se aliar a novos partidos políticos e ao setor empresarial. Conseguiu também ter total domínio das organizações sociais, mídias, instituições estatais e dos meios de comunicação e informação. Dessa maneira, fragilizaram-se os laços de comunicação entre o Estado e a população, aumentando a desigualdade social. Em contrapartida, as prioridades não seriam mais os direitos conseguidos pela população e sim as riquezas produzidas pelo mercado. Novos termos se apresentam no âmbito social: o que antes eram direitos coletivos agora seriam direitos individuais; Estado fraco por mercado forte, e Educação pública por Educação privada.

Com a retomada de uma política de direita, a concepção de Educação se submeteu a uma lógica empresarial, ou seja, uma escola que não seria mais pertencente ao Estado forte, com políticas públicas sólidas que beneficiassem a toda a população. Antes, as determinações passaram a seguir orientações de empresas privadas, que entre outras coisas ditariam as regras da Educação, submetendo-a aos princípios mercadológicos.

Nesse movimento, o ensino se dicotomizou. As escolas públicas entraram em um estado de precarização, sendo o professor explorado com o acúmulo de horas de trabalho e salários decadentes. Começou-se a desestruturação da relação de trabalho

⁸ A presidente Dilma Rousseff foi reeleita democraticamente com o apoio popular de 54 milhões de eleitores (51,64% dos votos válidos). Esta foi considerada a eleição mais acirrada após o período de redemocratização do Brasil.

como humanizador. As novas reformas enfraqueceram os grupos de luta, de forma que o trabalho da categoria docente entrou no grupo de serviços, em que a força de trabalho é vendida à troca de um salário. Assim, o professor é cooptado pelo mercado, que o obriga a realizar funções que não condizem com a sua formação.

Depois do contraditório e inconstitucional processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, em abril de 2016, fechou-se o ciclo de um período do capital-desenvolvimentista. Com ele, os governos do PT.

Com o golpe⁹ parlamentar de 2016, o Governo Temer, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), voltou ao modelo econômico ultra neoliberal, que provocou a estagnação econômica e conseqüentemente o aumento da desigualdade social. Michel Temer adotou medidas de austeridade, afirmando que pretendia equacionar problemas deixados pelos governos anteriores nas contas públicas. Entretanto, a austeridade só foi imposta às políticas públicas sociais, dando continuidade, por exemplo, ao pagamento dos juros da dívida pública interna.

A primeira reforma realizada foi a Proposta de Ementa Constitucional (PEC) nº 241/2016, aprovada em 15 de dezembro de 2016. É também conhecida como Emenda Constitucional nº 95. Essa Emenda visa limitar os gastos públicos por 20 anos, afetando diretamente os investimentos em áreas como a Educação e a Saúde, além do corte de verbas em todos os programas de cunho de assistência social.

Outras reformas propostas por esse governo foi a reforma da Previdência, por meio da PEC nº 287/2016, que previa o aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos e a exigência de 49 anos de contribuição previdenciária para acesso ao benefício integral. Dentro das políticas de austeridade propostas pelo governo Temer, estavam também a retirada da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as privatizações de instituições públicas e a terceirização para a classe trabalhadora.

Para esse governo em questão, tais medidas acima supracitadas além de atraírem melhores investimentos provocariam a geração de empregos. Contudo, o que a realidade demonstrou foi um aprofundamento da desigualdade social e da

⁹ A Presidenta Dilma Rousseff (PT) sofreu o *impeachment* sob o artifício de cometimento de pedaladas fiscais. Dois dias após sua condenação e seu afastamento do cargo, os acusadores sancionaram uma lei autorizando-as para os novos governos. Fonte: Brasil de fato. São Paulo, 02/09/2016.

fragilização das relações trabalhistas e dos direitos conquistados historicamente pela população e/ou classe trabalhadora. A reforma trabalhista, planejada e executada no governo Temer, trouxe grandes impactos para a área da Educação e diretamente para a categoria docente. Dessa forma, pode-se observar que as ditas reformas seguem na contramão do proposto pela Constituição Federal de 1988 e em particular pela Meta nº 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) que:

Assegura, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais de educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (BRASIL, 2014).

Essa meta garante planos de carreira e remuneração para os profissionais da Educação Básica e Superior Pública. Torna a profissão mais atrativa e viável. Também estabelece/reafirma/garante a Educação como direito fundamental, universal, inalienável, que deve consequentemente possibilitar o ensino-aprendizagem com/de qualidade, de inclusão e permanência dos educandos, assim como a valorização do professor. Porém, em contraposição, a reforma trabalhista de Temer não reconheceu as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), provocando caos na Educação, manifestamente com excessiva carga horária, amplas jornadas de trabalho, esgotamento físico e mental dos professores, redução da produção do conhecimento e sentimentos de resistência/desistência.

Por sua vez, a eleição presidencial de 2018 foi realizada em dois turnos (1º turno em 7/11 e 2º turno em 28/11), com a participação de 13 candidatos à Presidência da República. Todavia, a disputa final pela liderança do Estado brasileiro foi entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL). Este candidato vencedor assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2019 para um mandato de quatro anos.

Segundo o site do Tribunal Superior Eleitoral, os votos válidos apresentados no segundo turno foram 104.838.753, equivalente a 90,43% da população. A abstenção alcançou 31.371.704 eleitores, ou seja, 21,30% da população. É importante ressaltar que, no segundo turno, foram 1.430.439 eleitores que se abstiveram de votar. Os votos nulos passaram de 7.206.205 (6,14%) no primeiro turno para 8,608.105 no segundo turno, equivalendo a 7,43% da população. Os votos em branco

no segundo turno alcançaram um total de 2.486.593, correspondendo a 2,14% dos eleitores. Depois dessa acirrada eleição, o candidato do PSL foi eleito em segundo turno, com 57,7 milhões de votos, como Presidente legítimo e eleito democraticamente pelo voto direto do povo brasileiro.

Jair Messias Bolsonaro, considerado como um candidato da extrema direita, iniciou sua carreira política como vereador na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Após dois anos foi eleito para a Câmara dos Deputados, onde ficou até se candidatar para a cadeira da Presidência da República. Sua carreira política é carregada de grandes polêmicas, que envolvem ataques ao governo petista (e/ou qualquer governo de oposição), discursos contra os direitos humanos, políticas de gênero, mensagens homofóbicas, racismo, a defesa da ditadura militar e a apologia à tortura. Bolsonaro é dono de um discurso controverso, pois afirmava que acabaria com os privilégios na política¹⁰, mas prossegue utilizando o poder para proteger os interesses do seu grupo e de sua família, vangloriando-se pelo fato de ter pertencido ao exército na condição de Capitão das Forças Armadas.

Bolsonaro, que é intitulado como “mito” por seus eleitores e apoiadores, apresenta-se como o “messias”, o “salvador da pátria”, o presidente que combaterá a corrupção, que defenderá o conservadorismo, a família tradicional brasileira, a religião “cristã” e o porte de armas pela população. No que concerne à área da Educação, desde o início do seu mandato o governo Bolsonaro nega continuamente a ciência e ataca o conhecimento e os professores. Seu lema é “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos¹¹” uma forma de apregoar o patriotismo e o conservadorismo religioso.

Ainda sob a área da Educação no governo Bolsonaro, o Ministério da Educação teve o maior número de trocas de Ministros desde a redemocratização do País. Até a data de produção deste estudo, já se passaram quatro Ministros, de forma aligeirada e polêmica, pelo MEC. São eles: a) Ricardo Velez Rodriguez; b) Abraham Weintraub; c) Carlos Decotelli; d) Milton Ribeiro.

¹⁰ Vale ressaltar que anos atrás, em 2010, sem muitos embargos, Bolsonaro havia votado a favor do aumento salarial de 61% dos deputados. Ao longo de sua trajetória política, ou seja, nos seus 26 anos de vida parlamentar, apresentou apenas 172 projetos de leis, e destes somente 2 foram aprovados.

¹¹ Este termo utilizado por Bolsonaro em campanha alude ao período nazista da Alemanha.

Ricardo Velez Rodriguez, é filósofo e professor, colombiano naturalizado Brasileiro. Velez foi o primeiro a assumir o cargo de Ministro da Educação, e sua indicação foi feita por Olavo de Carvalho (este que é uma espécie de “guru” ideológico do Presidente Jair Bolsonaro). Enquanto Ministro, propôs que se reescrevessem os livros de História no que se relaciona ao período da Ditadura Militar no Brasil. Incentivava a delação, com pedidos de que os estudantes gravassem na escola as aulas dos professores sobre temáticas de gênero, ou temas considerados de esquerda.

Após a saída de Velez, assumiu o cargo de Ministro da Educação Abraham Weintraub. Economista e professor, foi aluno de Olavo de Carvalho. Em suas retóricas costumava atacar a ideologia de esquerda, lançando estratégias sobre como vencer o “marxismo cultural” nas universidades. Weintraub anunciou o bloqueio de 30% dos recursos das Universidades Federais, o congelamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e das Bolsas de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O Ministro também fez declarações e ataques às Universidades Federais, em que afirmava que nelas existiam plantações de maconha e laboratórios de drogas sintéticas. Weintraub atacou a ciência e a pesquisa brasileira e seus posicionamentos causaram diversos constrangimentos a professores e alunos, que foram desrespeitados.

Após a saída de Weintraub, o terceiro Ministro da Educação nomeado por Bolsonaro foi Carlos Decotelli. Reservista da Marinha e Economista, apresentava em seu currículo uma ampla experiência acadêmica. Após as polêmicas envolvendo as controvérsias e inconsistências também no seu currículo, decidiu abandonar o cargo. O mais recente a assumir o cargo de Ministro da Educação é Milton Ribeiro, pastor presbiteriano, teólogo, advogado e professor.

Os princípios conservadores do atual governo põem em risco a Educação brasileira, pois a utiliza como um campo de disputas políticas e ideológicas. O sentido de Educação para o atual governo é proposto a partir de uma lógica de mercado, cujas consequências vêm sendo devastadoras para a população. Nesse sentido, o que há de mais notório neste governo no campo da Educação é o descaso, a precarização das instituições de ensino-aprendizagem, a desvalorização da categoria docente, o desrespeito ao serviço dos professores, a falta de investimentos. Ou seja, são

constantemente os ataques à Educação, o que aprofunda a pobreza e as desigualdades escolar e social.

CAPÍTULO 2

O IMPACTO DA PANDEMIA PELA COVID-19 NA EDUCAÇÃO E NA CATEGORIA DOCENTE

Durante a construção deste estudo, a temática selecionada foi impactada pela Pandemia da Covid-19, em 2020 quando se elaborou o projeto de pesquisa, mas sobretudo no ano de 2021, quando se redigiu a monografia. Este capítulo versa sobre a relação contextual entre a pandemia e o trabalho que os professores são forçados a realizar em novos espaços e tecnologias (sem uma prévia preparação), ocasionando sentimentos de resistência/desistência.

Em meio a um contexto pandêmico, causado pela Covid-19, e com mais de três mil mortes por dia no mês de março de 2021, o Brasil vive uma das piores catástrofes no âmbito da Saúde, da Economia e da Educação. No mês de janeiro (2021), o Governo do Presidente Jair Bolsonaro, em meio ao caos e crise política, optou por entrar em conflito com os governos de estados e municípios, propondo judicialmente interferir na condução das medidas sanitárias orientadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para conter a pandemia. Buscou, inclusive, cassar a “autonomia” de governadores e prefeitos de imporem medidas mais duras e, ao mesmo passo, mais eficazes, como o distanciamento social e o Lockdown em seus respectivos estados e municípios.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fazendo uso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), o número de desempregados no quarto trimestre de 2020 alcançou 13,9 milhões de brasileiros, equivalendo a 12,4% da população economicamente ativa. Esses dados revelam do cenário econômico desse momento.

No contexto pandêmico, o capitalismo acentua as desigualdades sociais de maneira exacerbada. No que concerne ao trabalho, este cada vez mais se mostra de maneira precária, o que intensifica na exploração da classe trabalhadora e da categoria docente, favorecendo o desemprego e o subemprego. Considerando que as taxas de subemprego são indicadores sociais e econômicos da pobreza por meio do

trabalho, que, em vez de humanizar, “desumaniza” e “coisifica” a classe trabalhadora, em particular a categoria docente, cujos efeitos se revelam pelos sentimentos de resistência/desistência.

No dia 12 de março de 2020, as escolas pertencentes a rede de ensino estadual de Goiás se preparava para uma nova forma de adaptação do ensino-aprendizagem frente ao contexto de pandemia. Nesse período, as aulas presenciais foram suspensas e substituídas pelo “ensino remoto”. A categoria docente foi bastante afetada nesse processo. A expressão em inglês *home office* (que se traduz em “trabalho em casa”) se refere ao novo modelo de trabalho, que veio a substituir o presencial e no qual os professores fariam uma transposição do espaço da sala de aula, fazendo de seus lares um novo ambiente educativo e de interações.

Desse modo, dado a Pandemia, o ensino público e privado foi adaptado para o ensino remoto, com a utilização de plataformas e meios digitais sem uma prévia preparação dos professores para realizar o seu fazer pedagógico. É necessário ressaltar, no entanto, que o ensino remoto assumiu as características do ensino presencial, atendendo as mesmas exigências, além de outras que se impuseram.

Tal situação tem levado a desgastes físicos e emocionais, sem precedentes, da capacidade de trabalho do professor. Além do mais, os professores também foram obrigados a assumir todos os custos do regime de ensino remoto: celular, plataformas e recursos digitais, internet banda larga, energia elétrica, espaço físico em sua residência (que se transforma em sala de aula improvisada), entre outros instrumentos custeados pelo salário dos próprios professores. Aqui, inicia-se também um movimento que vai além do processo de exploração do trabalho. Aqui o próprio professor começa a pagar para trabalhar.

No dia 17 de março foi promulgada a resolução do Conselho Estadual de Educação, Resolução CEE/CP Nº 02, em conformidade com orientações sanitárias da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde. Essa Resolução orienta que a educação respeite o isolamento social como medida preventiva da Covid-19. Diante desta situação, a Secretaria de Educação do Estado de Goiás (Seduc-GO) determinou a suspensão das aulas presenciais, substituindo-as pelas aulas remotas, com o intuito de dar continuidade ao calendário escolar letivo. Essas

medidas desde o início se revelavam sujeitas a novas alterações e/ou prorrogações segundo orientações sanitárias.

Já no dia 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou por unanimidade as diretrizes para orientar as escolas das redes públicas e privadas de nível básico e superior. O parecer foi elaborado com a participação do Ministério da Educação. As novas diretrizes passaram a orientar o processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia por Covid-19. Entre os aspectos tratados, apresentou-se uma lista de alternativas, que substituiriam as aulas presenciais durante o contexto pandêmico. Esses novos meios de interação e recursos propostos são: meios digitais, videoaulas, plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão ou rádio, material didático impresso a serem entregues aos pais ou responsáveis, dentre outras.

Em meados do mês de agosto de 2020, ainda sem soluções para a pandemia e com elevados índices de mortes e contágios, o Conselho Estadual de Educação – por meio da resolução CEE/CP Nº 15 – autorizou as instituições de ensino de Educação Básica, a continuarem com o regime de aulas não presenciais até o dia 19 de dezembro de 2020. Ou seja, o ano letivo de 2020 foi concluído com aulas remotas.

São muitos os decretos propostos pelas autoridades Federais, Estaduais e Municipais. Porém, o maior erro dentro todos se revela na proposta da retomada das aulas presenciais quando o Brasil vive a maior taxa de contágios e de mortalidade pela Covid-19. Uma retomada das escolas públicas e particulares nessas condições demonstra o poder dos interesses pelo lucro das classes dominantes, em que a ganância vale muito mais que a vida dos professores(as) e demais profissionais da Educação¹². O desrespeito pela categoria docente se aprofunda cada vez mais, ficando a vida desses profissionais e de seus alunos em segundo plano. Ressalta-se que, até o momento, algumas das escolas e instituições de ensino Superior não apresentam o padrão de segurança necessário para preservar a vida dos estudantes e dos professores. Essa realidade se agrava quando se considera o contexto atual de maior número de contágios e mortes.

¹² Mesmo que o objeto de estudo deste trabalho se detenha à categoria docente, neste contexto de retomada da presencialidade nas instituições de ensino, é preciso lembrar que as escolas não são formadas apenas por professores, mas por vários profissionais, que aqui chamamos de profissionais da Educação.

Para compreendermos o sentido da contradição entre resistência/desistência, que vem sendo uma luta enfrentada no cotidiano dos professores, apontam-se as questões/contradições consideradas mais importantes para uma análise desses sentimentos paradoxais.

2.1- PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO: INFRAESTRUTURAS E MEIOS DIGITAIS

As novas formas de ensino advindas da abrupta substituição da sala de aula pelas novas tecnologias e plataformas digitais, nas formas do ensino remoto, arrastam consigo a pouca atenção das autoridades de ensino para as condições precárias do trabalho que os professores enfrentam.

Sabe-se muito bem que a forma de planejar uma aula presencial é dessemelhante à aquela planejada para ser projetada pelos meios digitais e plataformas. Esta requer maior desenvolvimento de habilidades em processos que geram e necessitam de maior aparelhamento tecnológico, tempo, espaço e conhecimento do uso das tecnologias digitais. É um projeto que desvincula e precariza o ensino no que se refere à pouca, ou nenhuma, preparação prévia dos professores para o novo sistema remoto. Soma-se a isso que demandam máquinas modernas e redes de informação (Internet, wi-fi...) de qualidade para o docente ministrar suas aulas.

Boa parte dos professores tiveram que se adaptar a situações para as quais não receberam uma preparação prévia. Por sua vez, enquanto alguns docentes também tiveram redução na carga horária, acarretando diminuição nos seus salários; outros foram demitidos e substituídos por novos servidores, estes com salários reduzidos.

Dentro das contradições do capitalismo, encontra-se o aspecto de gerar desemprego e pobreza, não sendo diferente no contexto de pandemia, colocando os profissionais da categoria docente como descartáveis e substituíveis. Houve muitas demissões na rede de ensino pública e privada. Algumas escolas preferiram contratar professores eventuais, auxiliares ou estagiários, com salários baixos, inferiores ao

proposto por lei, desrespeitando o piso salarial da categoria docente que foi conquistado com resistências e lutas históricas.

A situação de precariedade na pandemia se aprofunda ainda mais quando são os próprios professores quem têm que assumir as despesas na compra de materiais e recursos didáticos/pedagógicos, que servirão de subsídio ao novo sistema de ensino remoto. Muitos docentes não contavam com internet de qualidade, aparelhos modernos como *laptop*, celulares, computadores, tvs, dentre outros. Isso sem ignorar que esses profissionais têm feito de suas moradias lugares adaptados para uma “sala de aula”.

Esses ajustes acarretaram custos, em alguns casos elevados, pagos com o próprio salário do(a) professor(a). Kuenzer e Caldas (2009) proclamam que a situação se agrava quando existe uma redução no investimento para a Educação, atingindo diretamente os educadores, que muitas vezes se sentem isolados para enfrentar problemas trazidos pela escassez de interesse dos governos e de políticas públicas que sustentem um trabalho digno e adequado às novas formas de ensino. Assim,

entende-se por condições de trabalho o conjunto de recursos que possibilita uma melhor realização do trabalho educativo e que envolve tanto a infraestrutura das escolas, os materiais didáticos disponíveis, quanto os serviços de apoio aos educadores e à escola. Tal equação se realiza, teoricamente, pela adequada relação fins e meios, entretanto, se as novas exigências educativas enunciadas pelas mudanças tecnológicas e societárias do atual momento histórico tem sido frequentemente assinalada pelas políticas educacionais, o mesmo não tem ocorrido com as condições de exercício de prática educativa, que deve agregar novas funções sem o correspondente suporte prático. (KUENZER; CALDAS, 2009, p. 32).

A precarização do trabalho e, conseqüentemente, do ensino também se manifestam nas prolongadas horas de trabalho que os professores exercem, sendo que, para ter uma vida digna, muitos deles desempenham seu trabalho em mais de uma escola. Nesse sentido, fala-se em um trabalho dobrado.

Essa situação causa fragilidade e cansaço, trazendo como consequência a pouca ou reduzida produção e sistematização do conhecimento na preparação das aulas a serem ministradas. Imediatamente, a sobrecarga de tarefas também chega para os estudantes, quem muitas vezes são encaminhados a ler inúmeros textos, fazer resumos, análise, sem prévia explicação dos professores dos temas e dos conteúdos a serem trabalhados na aula remota. Ferreira (2019) argumenta que:

Desde o início ficava claro que, o trabalho do professor era muito mais do que dar aulas (porque tinham que planejá-las e prepará-las) e terminavam muito depois (porque tinham de fazer avaliações e prestar contas do que tinham feito, para as escolas ou para os pais/responsáveis dos alunos, sobre a forma de preenchimento de registros, formulários, cadernetas, e porque tinham de participar de reuniões e outras programações, muitas vezes fora do horário de trabalho). Essas atividades tomavam tempo, obrigando os professores a fazer os trabalhos em casa. Era um trabalho sem limites: não terminava ao fim da jornada, mas invadia toda a vida deles. (FERREIRA, 2019, p. 4).

A precarização do trabalho no mundo capitalista provoca no trabalhador, neste caso o(a) professor(a), a desconstrução de sua concepção de ser docente. Cai nas garras da proletarização, fazendo do seu trabalho uma simples forma de sobreviver, vendendo sua força produtiva em troca de um salário, que muitas vezes não supre todas suas necessidades básicas. Esse processo vem mistificando e descaracterizando o ensino escolar presencial em formato de ensino remoto, exigidos pelas instituições de ensino e poderes públicos, que criaram uma nova proposta de ensino-aprendizagem presencial por meio do sistema de ensino remoto.

Neste item, enfatiza-se que, apesar de não ser o momento propício para o retorno das aulas presenciais, pois a vacina se revela o único antídoto para a doença da Covid-19, oferecendo condições próprias para o retorno às aulas/atividades presenciais. Ou seja, as condições próprias passam necessariamente pela vacinação da população escolar.

Sabe-se muito bem que as mudanças acontecerão na Educação pós pandemia. Isso reafirma a necessidade de se pensar e garantir a formação continuada dos professores(as), para que estejam preparados para enfrentar essa nova realidade. Seja garantindo o devido uso das novas tecnologias como recursos didáticos pedagógicos que subsidiam as aulas presenciais, seja garantindo para que todos os gastos emanados desse novo avanço científico-tecnológico sejam custeados pelas próprias instituições de ensino.

2.2 INTENSIFICAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A pandemia reafirmou a função, a importância e a imprescindibilidade do professor na sala de aula. A sociedade e – de maneira particular e especial – os pais com crianças e jovens na escola entenderam que o professor não é só o profissional

que passa conteúdos e promove avaliações. Eles são a espinha dorsal do processo de ensino-aprendizagem e socialização dos estudantes.

Ao praticarem sua ação pedagógica, ministrando os conhecimentos científicos com intencionalidade, equilíbrio emocional e responsabilidade, os professores(as) auxiliam no processo de formação de valores sociais, no desenvolvimento de capacidades, habilidades e comportamentos de sociabilidades nos estudantes. Essa relação de ensino-aprendizagem entre professores(as) e estudantes há de ocorrer de maneira saudável, favorecendo a formação de sujeitos mais humanos.

As árduas horas de trabalho docente se intensificaram com o novo modelo de ensino remoto. Os professores(as) passaram a realizar tarefas fora da jornada formal de trabalho, como por exemplo: reuniões com as coordenações (são chamados a reuniões a qualquer momento), atendimento individualizado pelas plataformas com os estudantes em horários que não correspondem a seu horário de aula, diálogo com os pais, elaboração de duplos planos de aula e atividades (um para atender os estudantes que possuem acesso aos meios digitais, e outro para os estudantes que não possuem acesso às redes tecnológicas), participação em grupos de WhatsApp, dentre outros meios, ainda tendo que exercer suas tarefas familiares. Entretanto, essa maior carga horária e de trabalho não levou ao aumento de salário, porém a uma maior exaustão dos professores(as), que:

Para dar conta de todas as tarefas, é necessário realizar atividades fora da jornada formal de trabalho, como gravar aulas, disponibilizá-las em plataformas digitais e atender aluno (a)s por aplicativo como WhatsApp, muitas vezes, em grupos criados pela própria coordenação escolar. Quanto à configuração das salas de aulas virtuais, duas realidades paradoxais podem coexistir: aulas remotas superlotadas ou completamente esvaziadas, considerando interesses, impedimentos e dificuldades tecnológicas, entre outros aspectos relacionados ao trabalho remoto escolar, que necessitam ser melhores conhecidos. (SOUZA, 2021, p. 6).

Entre outras dificuldades que os professores(as) também encontram neste contexto, está a junção de turmas. Essa prática ocorre em virtude da evasão de muitos estudantes, em redes públicas e privadas; ou mesmo devido ao interesse de minimizar custos e ampliar o lucro, em algumas instituições privadas. Isso acarretou em maior número de atividades a serem corrigidas, e atividades diversas na hora das avaliações. Por fim, em um número maior de estudantes a serem assistidos durante o processo de ensino-aprendizagem.

Na perspectiva capitalista, a exploração da categoria docente se vivencia no cotidiano do seu trabalho. Com as aulas remotas e o acúmulo de tarefas, a concepção de trabalho “humanizante” é de todo ignorada, provocando desumanização e proletarização, em vez de profissionalização. O professor tem perdido sua autonomia ao ser submetido a essas novas regras do sistema de ensino, o que o leva a um processo de alienação. Os autores Almeida, Mohn e Souza (2019) destacam que:

No contexto da sociedade capitalista, o trabalho está submetido às relações de exploração. Em tal contexto, delineia-se processos de alienação, que se consistem, justamente, na expropriação da atividade essencial (trabalho) em sua plenitude. Se, por um lado, o trabalho como atividade essencial é vital, e traz a possibilidade de realização plena do homem enquanto tal (humanização); em contrapartida, a exploração do trabalho na sociedade capitalista determina um processo inverso, o de alienação. Então paradoxalmente, sob a exploração do trabalho, os homens passam por processos de desumanização e desrealização, uma vez que há uma quebra na possibilidade de promoção da desumanização dos homens pelo trabalho alienado. (ALMEIDA; MOHN; SOUZA, 2019, p. 114).

Com a intensificação do trabalho, a qualidade do ensino é afetada. Ressalva-se que os(as) professores(as) são seres humanos que precisam não só do trabalho como atividade que dignifica, socializa e humaniza, mas também precisam do descanso para que possam realizar suas atividades pedagógicas com maior produtividade. Agrava esse contexto, que afeta o descanso da categoria dos professores, a ampliação e diversificação de tarefas e compromissos, comprometendo a qualidade do ensino, que se torna menos fecundo e criativo.

2.3 O MAL-ESTAR: ADOECIMENTO DOCENTE

A hiper produtividade, mascarada na Educação remota e exigida pelo capitalismo, provoca adoecimento tanto dos professores da rede pública, como da privada. Esse processo de adoecimento da carreira docente, já desencadeado em condições anteriores à Pandemia, agrava-se, como resultado do aprofundamento da exploração.

A Educação em tempos de pandemia pela Covid-19 se revela em um processo de opressão maior, em que os mais atingidos são os professores(as), principalmente ao terem que se adaptar abruptamente: às novas tecnologias, à transformação de seus lares em espaços que substituem ou suprem a sala de aula,

aos excessos de tarefas, aos gastos extras para garantir suporte às aulas (sendo estes gastos realizados com seus próprios salários).

Como se pode observar, a Educação se mercantiliza, intensificando a exploração da força de trabalho do professor. Desse modo, o trabalho sob a égide capitalista, tem provocado o adoecimento da categoria docente. Esse é um indicador alarmante, pois são múltiplas as manifestações de mal-estar e adoecimento, levando em consideração que muitas se manifestam de maneira silenciosa. Pode-se aqui mencionar: o mal-estar físico (dores musculares), as doenças psicológicas (estresse, ansiedade, depressão), as doenças psicossomáticas, que muitas vezes são silenciadas pelos(as) professores(as).

Contraditoriamente, esse adoecimento em decorrência das condições adversas de trabalho torna o trabalhador indesejado pelas instituições de ensino, favorecendo o estigma e o desemprego desses docentes. Aliás, dentre as doenças provocadas por essas condições, algumas podem levar até a morte, se não tratadas devidamente e a tempo. Para Esteve,

[...] entre os que sucumbem ante a ação das condições psicológicas e sociais em que se exerce a docência, os mais numerosos não são os que veem sua saúde afetada por sintomas de estresse, neurose ou depressão, que ficam reduzidos a um número de casos quantitativamente significativo, mas não alarmante; os mais numerosos são os professores que recorrem, como uma reação de defesa, a um mecanismo de inibição que lhes permite romper a pressão à qual se encontram submetidos. (ESTEVE, 1999, p. 58).

É pertinente falar que o neoliberalismo, como sistema econômico desumano, visa o lucro por meio da exploração da classe trabalhadora. Esse sistema tem o poder de influenciar as proposições na área de Educação – a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de outros Planos de Educação – fomentando um currículo instrumental e de resultados. Suscita, assim, a exigência por parte das instituições de ensino, que demandam dos professores o cumprimento de metas obrigatórias. Estas têm servido como subsídio nas avaliações para sua permanência na instituição escolar e/ou possíveis bonificações para o profissional. Essas exigências, que são impostas arbitrariamente aos professores, desencadeiam o adoecimento na sua vida privada e profissional.

As políticas públicas para a Educação advindas de organismos internacionais precarizam e fragilizam muito mais a função do professor. Segundo Silva e Zanatta

(2018), os novos parâmetros educacionais estrangeiros propostos pelos organismos mundiais, como a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), submetem a categoria docente a uma política de controle em função de metas e práticas de habilidades, trazendo como consequência a perda da autonomia e da identidade profissional. Nesse sentido, os professores passam a ser vistos como tarefeiros e conteudistas que deverão de se adaptar ao cumprimento de um novo sistema, amparado na política de resultados. Esse estrangulamento de imposição de funções os leva a terem sentimentos de desistência, causados pelo mal-estar e doenças diversas. Essas referidas autoras sustentam ainda que essa política de resultados dos

[...] organismos internacionais e os governos enfraqueceram os professores: materialmente e simbolicamente. Materialmente, fazendo uso de bônus e gratificações contrapondo aos parcos salários, pautados em uma política de resultados a partir dos sistemas de avaliação externa, atacando de frente o movimento sindical. Simbolicamente, ao questionar a função da docência. O professor passa a ser caracterizado como tarefeiro, facilitador, multifuncional, aprendiz, expropriado da essência do seu trabalho. (SILVA; ZANATTA, 2018, p. 263).

Os fatores de adoecimento que impactam na saúde física e emocional dos professores são agravados pelo sistema remoto e pelo pensamento educacional hegemônico, ao exigirem o desenvolvimento de habilidades e competências em maior velocidade e fora das condições concretas para tal. O novo sistema demanda que os professores se adaptem ao modelo de trabalho *home office* por meio das aulas virtuais, ao mesmo tempo em que têm de conciliar com a rotina familiar. A junção desses elementos em um mesmo momento e espaço contribui para aumentar o desgaste pessoal e profissional. Tudo isto acende a sensação de frustração, fracasso, desânimo, impotência, dores, estresse, ansiedade e depressão, elementos que acarretam no adoecimento e na desistência profissional.

As exigências têm sido sobretudo enorme para os profissionais da Educação. Portanto, são todos esses motivos mencionados neste estudo monográfico que têm levado muitos docentes a solicitar licença laboral ou afastamento por doenças, quando não a desistência da profissão. Sobre isso, Martins (2011) esclarece que:

As precárias condições materiais de formação e de trabalho dos professores, a crescente desvalorização do trabalho pedagógico no interior da escola ao mesmo tempo em que se culpabiliza o professor pelo fracasso escolar, formam um conjunto de fatores que tem colaborado não só para o agravamento dos problemas escolares, mas também no que diz respeito ao comprometimento da saúde física e mental individual dos professores e uma

dessas formas de adoecimento é conhecida como '[...] mal-estar docente, que gera a crise de identidade nos professores e os conduz a diferentes reações'. (MARTINS, 2010, p. 15).

Não obstante a agressividade do capital na exploração da categoria docente, é importante salientar que para além do adoecimento e da desistência, é possível fomentar a resistência, dentro das condições um tanto limitadas de autonomia.

Kuenzer e Caldas (2009) identificam vivências e sentimentos um pouco distintos dos professores das instituições particulares e públicas. Enquanto os professores(as) das instituições privadas sentem-se explorados(as), alienados(as) e submetidos(as) ao mercado de maneira agressiva, os docentes das instituições públicas acreditam ter maior liberdade e autonomia. Contudo, a pandemia por Covid-19 tem revelado que a lógica mercadológica da Educação também tem se apropriado das instituições públicas. As referidas autoras lembram que:

No caso dos professores, a contribuição para o processo de acumulação se dá com base em uma característica muito peculiar do trabalho: a sua natureza não material, já que não é possível separar o produtor de seu produto. Essa natureza limita, de certo modo, a realização do trabalho segundo o modo capitalista, que passa a se dar indiretamente, por meio de diferentes mediações que “convençam” o trabalhador, pela força ou pela persuasão, a ser artífice de sua própria exploração, ao mesmo tempo que busca sua realização pessoal, vinculada a finalidades. Ou seja, no trabalho não material, a subsunção do trabalho ao capital apresenta limites, com o que se ampliam as possibilidades de resistência e de autonomia; nesse caso, a subsunção depende mais fortemente da adesão do trabalhador. (KUENZER; CALDAS, 2009, p. 24).

É verdade que a subsunção do trabalho ao capital apresenta limites, mas ainda assim oferece possibilidades de resistência e de autonomia. Nesse caso, a subsunção depende mais fortemente da adesão do trabalhador. Também convém esclarecer que a categoria docente está suscetível tanto às imposições do capital, quanto à possibilidade de desistência/resistência, independentemente do nível de ensino em que trabalha.

Aliás, considerando a suscetibilidade de professores universitários à Pandemia e às políticas nacionais que não têm prezado a vida, no dia 23 de março de 2021 o Jornal “O popular” publicou o número de mortes dos profissionais da Universidade Federal de Goiás (UFG), pela Covid-19, desde o início da pandemia em 2020. Esse número equivale a 31 vidas perdidas. Destaca-se que desse dado total, 13 eram professores, e 18 eram técnicos administrativos em educação.

De forma ampliada, agora se tratando de um panorama estadual, segundo matéria publicada no mês de abril de 2021, no “Jornal dos professores” (jornal pertencente ao Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (ADUFG), a estimativa total do número de mortes somente nas Universidades Federais localizadas em Goiás é de quase 100 servidores entre professores e técnicos administrativos.

Essas mortes são muito mais relevantes do que dados e números, elas dizem respeito a vidas humanas que se perderam. Contudo, esses números e outros tantos elucidam o escasso interesse de um governo negacionista, que minimiza a pandemia a uma simples “gripezinha” e que, com sua imprudência, coloca a categoria docente na precariedade, e a Educação num total descaso. Mais que isso, coloca em risco a vida não só de indivíduos, senão de famílias e de um Brasil inteiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho no sistema capitalista tem se constituído em um intenso movimento de exploração, principalmente em relação à categoria docente, levando-a a situações de fragilização, quer seja das condições físicas, estruturais, emocionais, sociais, do salário e/ou do excesso de horas trabalhadas.

As intensas jornadas de trabalho, suas precárias condições e o total descaso dos governos e das instituições de ensino provocam sofrimento nos professores(as), situações que levam a terem sentimento de desistência da profissão.

A conjuntura atual de Pandemia agrava a situação. A Educação na visão mercadológica tem ganhado espaço institucional crescente, dado que as políticas públicas têm beneficiado as demandas do setor privado. Nesse processo, os professores são tratados como meros “tarefeiros”, que têm que se submeter às cobranças exaustivas e ao excesso de controle das escolas, tendo que se adaptarem a um novo modelo de ensino remoto. Tudo isto obstaculiza o desempenho e acentua o sofrimento dos(as) professores(as).

A hiper produtividade, mascarada na Educação remota e exigida pelo capitalismo, provoca adoecimento tanto dos professores da rede pública, como da privada. Esse processo de adoecimento da carreira docente, já desencadeado em condições anteriores à Pandemia, agrava-se, como resultado do aprofundamento da exploração.

A Educação em tempos de pandemia pela Covid-19 se revela em um processo de opressão maior, em que os mais atingidos são os professores(as), principalmente ao terem que se adaptar abruptamente: às novas tecnologias, à transformação de seus lares em espaços que substituem ou suprem a sala de aula, aos excessos de tarefas, aos gastos extras para garantir suporte às aulas (sendo estes gastos realizados com seus próprios salários).

No presente trabalho de conclusão de curso, desenvolveu-se o conceito de trabalho desde uma visão ontológica segundo Marx. Nessa concepção, o trabalho

humaniza e hominiza, garantindo a sobrevivência e transformação do homem e de sua própria natureza de forma dialética. Contudo, aqui também se analisou a concepção de trabalho sob a égide capitalista, que é o modelo de sistema que rege nossa sociedade, e sob o qual se enquadra a categoria docente como classe trabalhadora. Essencialmente a visão capitalista se opõe à visão humana de trabalho.

A categoria docente encontra-se sob a contradição provocada pelo capitalismo e sua lógica neoliberal de acumulação de capital, onde os professores e professoras vendem sua força de trabalho em troca de um salário, suportando as condições precárias e desumanas do capitalismo. Essas condições, que provocam a alienação da categoria de professores, também geram o sentimento de desistência. As reações de desistência são manifestas na perda de comprometimento e falta de sentido na sua atividade pedagógica, ou na abdicação da profissão.

A falta de reconhecimento em termos de salário, de planos de carreira, de formação continuada, dentre outras, provoca revolta, insatisfação, medo, ansiedade, depressão, violência simbólica, podendo acarretar não só desistência, mas também o adoecimento, perda do sentido de viver.

Contraopondo-se às controvérsias, contrariedades e disparidades do capitalismo, a categoria docente, enraíza no seu trabalho uma grande particularidade que é o trabalho não material. A condição não material do trabalho dos professores(as), ou seja, a não separação do produtor de seu produto faz com que a relação seja intrínseca entre: professor(a)-conhecimento-estudante no processo de apropriação da ciência socialmente produzida.

É verdade que a subsunção do trabalho ao capital apresenta limites, mas ainda assim oferece possibilidades de resistência e de autonomia. Nesse caso, a subsunção depende mais fortemente da adesão do trabalhador. Também convém esclarecer que a categoria docente está suscetível tanto às imposições do capital, quanto à possibilidade de desistência/resistência, independentemente do nível de ensino em que trabalha.

A categoria docente, que se caracteriza pelo trabalho não material segundo Kuenzer e Caldas (2009), pode impor certos limites na subsunção do trabalho docente, ou seja, o(a) professor(a) teria margens de autonomia. É nessa realidade

contraditória de margens de autonomia, que o(a) professor(a) poderá desenvolver formas de resistência/desistência. A ação de resistência docente fundamenta-se nas possibilidades de construção de uma consciência política, no sentido crítico-emancipatório de atuar na luta pelos seus direitos, questionando o capitalismo em sua lógica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renato Barros de; MOHN, Rodrigo Fideles Fernando; SOUZA, Rosiris Pereira. Dimensão ontológica do trabalho e trabalho docente no início de carreira: marcas singulares para professores iniciantes e ingressantes. *In*: TEIXEIRA, Zenaide Dias; KOCHHANN, Andréa; PORTO, Marcelo Duarte (Orgs.). **Educação, Gestão e Tecnologias: caminhos e entrelaçados**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019, v. 1, p. 113-128.

ANTUNES, Ricardo. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. ARTIGOS. **Serv. Soc. Soc.** (123). Jul-Sep 2015. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.030> , Campinas/SP, Brasil.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PEC 287/ 2016**: Proposta de Emenda à Constituição. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1527338&filena. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. **Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=208835> 1. Acesso em: Março/2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modelos de Estado desenvolvimentista. Universidade Federal do Paraná. **Revista de Economia**, v. 40, n. 73, p. 231-256, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.

ENQUITA, Mariano Fernández. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a preletarização. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 3-21, 1991.

GOIÁS. SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA. COORDENAÇÃO DO CONSELHO PLENO. **Resolução CEE/CP nº 15, de 10 de agosto de 2020**.

Estabelece normas para realização de avaliações, para integralização da carga horária executada durante o Regime Especial de Aulas não Presenciais no âmbito da Educação Básica e dá outras providências. Disponível em:

https://site.educacao.go.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CEE-CP-15_2020_-REANP-19_12.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

GOIÁS. SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA. **Resolução 02/2020**: sobre o regime especial de aulas não presenciais no sistema educativo do estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação do Covid-19. Disponível em:

<https://cee.go.gov.br/resolucao-022020-sobre-o-regime-especial-de-aulas-nao-presenciais/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente**: a sala-de-aula e a saúde dos professores. Tradução de Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FERREIRA, Leda Leal. Lições de professores sobre suas alegrias e dores no trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, 2019. Suplemento 1. DOI: 10.1590/0102-311x00049018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 28 abr. 2021.

JORNAL DO PROFESSOR. **Vão deixar saudades**. PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS, ano IX, nº 70, abril de 2021. Disponível em: <https://www.adufg.org.br/files/abril-2021-602470.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

KUENZER, Acácia; CALDAS, Andrea. Trabalho docente: comprometimento e desistência. *In*: Fidalgo, Fernando; Oliveira, Maria Auxiliadora. **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

Martins, Pura Lúcia Oliver; PAPI, Silmara de Oliveira Gomes. Professor iniciante. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancellaria; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. 10. ed. São Paulo: Difel, 1965.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP Nº: 5/2020. Parecer homologado parcialmente. **Diário Oficial da União**, 1º de junho de 2020, Seção 1, Pág. 32. Documento assinado eletronicamente nos termos da legislação vigente. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 abr. 2021.

MORAES, Catherine. UFG já perdeu 31 profissionais para a Covid-19 desde o início da pandemia. **Jornal O popular**. Coluna “Cidades”. 23 de março de 2021. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/ufg-j%C3%A1-perdeu->

31-profissionais-para-a-covid-19-desde-o-in%C3%ADcio-da-pandemia-1.2217686. Acesso em: 28 mar. 2021.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Desafios atuais da pedagogia histórico-crítica. *In*: SILVA JR., Celestino Alves da (Org.). **Dermeval Saviani e a educação brasileira**: o Simpósio de Marília. São Paulo, Cortez, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Iraci Balbina Gonçalves. ZANATTA, Beatriz Aparecida. O professor e sua formação na perspectiva dos organismos internacionais multilaterais. *In*: LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel Aparecida M. da M (Orgs.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.

SOUZA, Kátia Reis *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00309141. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00309.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEIROPAL (TSE). **Estatísticas Eleitorais**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatsticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 22 mar. 2021.

WENZEL, Renato Luiz. **Professor**: agente de educação? São Paulo: Papyrus, 1994.